

Título: A implementação de políticas públicas de ação afirmativa como instrumento de harmonização social e inserção da mulher no mercado de trabalho

Autor(es) Aline Luna Lopes da Costa

E-mail para contato: ipalladino@oi.com.br

IES: UNESA

Palavra(s) Chave(s): Mulher; Mercado de Trabalho; Inserção; Discriminação de Gênero; Ação Afirmativa

RESUMO

Tema de extrema complexidade e amplamente controvertido, as políticas de ação afirmativa são abordadas através da análise comparativa entre os modelos norte-americano e brasileiro, em observância ao Princípio Constitucional da Igualdade, visto sob o prisma formal e material. Recorre-se a uma avaliação histórica de tais políticas e suas justificações motivadoras. Dentro dessa temática, são abordados, concomitantemente, aspectos relacionados à compatibilidade do instituto, às disposições legais autorizativas e o entendimento vigente entre os meios doutrinários, jurisprudenciais e sociais. Reportar-se ao direito comparado e a experiência de outros países, às bases argumentativas de sustentação e a distinção principiológica de seu principal instrumento de perpetração, qual seja, o princípio da igualdade material, substantiva ou de resultados. Relativamente à discussão conceitual, são esposados os diversos significados etimológicos que cercam o instituto da ação afirmativa, manifestados, justificadamente, não apenas no campo jurídico, por força da interdisciplinaridade com outras ciências, em especial as sociais. Da mesma forma são tratadas as discriminações, ressaltando a legitimidade das mesmas, suas diversas espécies, teorias interpretativas e o posicionamento do Judiciário brasileiro. Prossegue com o relato histórico dos primeiros registros no ordenamento jurídico pátrio, ressaltando que sua incipiente introdução deu margem a uma série de interpretações equivocadas, fruto da utilização de motivos justificadores inadequados à realidade brasileira, pouco arraigada se comparada ao paradigma europeu e norte-americano. Relata, no campo do Direito do Trabalho, a implementação de iniciativas pioneiras, com reflexo na inserção da mulher no mercado do trabalho. Conclui-se pela total compatibilidade das políticas de ação afirmativa com o ordenamento jurídico pátrio, resultante da utilização de instrumento ponderador dos interesses conflitantes, ressaltando o seu papel fundamental na redução das desigualdades, notadamente aquelas referentes às relações de gênero.